



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



Seção II

ANO XXVI - N.º 30

TÊRÇA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1971

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

(*) Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, DE 1971

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.136, de 7 de dezembro de 1970.

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.136, de 7 de dezembro de 1970, que "altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados".

Senado Federal, em 13 de maio de 1971. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 14-5-71.

ATA DA 33.ª SESSÃO
EM 17 DE MAIO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS
LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita
— José Lindoso — José Esteves —
Cattete Pinheiro — Milton Trindade
— Clodomir Millet — Helvídio Nunes
— Duarte Filho — Ruy Carneiro —
Wilson Campos — Lourival Baptista
— Ruy Santos — Carlos Lindenberg
— Paulo Tôrres — Benjamin Farah —
Fernando Corrêa — Filinto Müller —
Antônio Carlos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER

N.º 42, DE 1971

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1969 (n.º 608-B/67, na Casa de origem).

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1969 (n.º 608-B/67, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 102 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências).

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1971. — Antônio Carlos, Presidente — Filinto Müller, Relator — Cattete Pinheiro.

ANEXO AO PARECER

N.º 42, DE 1971

"Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 12, de 1969 (n.º .. 608-B/67, na Casa de origem)."

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Emenda n.º 1-CCJ)

Ao art. 1.º

Acrescente-se, onde couber, ao art. 102 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, emendado pelo art. 1.º do Projeto, o seguinte parágrafo:

"§ — A reserva de bens, destinada à satisfação de crédito tributário ou contribuições devidas à Previdência Social, far-se-á sem prejuízo da preferência atribuída, por este artigo, aos créditos relativos à indenização por acidentes do trabalho e aos provenientes de salários ou indenizações trabalhistas."

EMENDA N.º 2

(Corresponde à Emenda n.º 2-CCJ)

Ao art 3.º

Dê-se ao art. 3.º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 3.º — São revogados o Decreto-lei n.º 192, de 24 de fevereiro de 1967, o § 1.º do art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n.º 5.452, de 1943), e demais disposições em contrário."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está finda a leitura de expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador José Sarney. (Pausa.)

S. Exa. também não está presente.

O Sr. Ruy Santos — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

Ó preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos, como Líder da Maioria.

O SR. RUY SANTOS (Como Líder da Maioria) — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que transfira a palavra ao nobre Senador José Lindoso para um pronunciamento, em nome da Liderança da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso, de acôrdo com o pedido do Líder da Maioria.

O SR. JOSÉ LINDOSO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, ao ensejo do 80.^o aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*, Sua Santidade o Papa Paulo VI escreveu Carta Apostólica a Sua Eminência o Cardeal Presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão Pontifícia "Justiça e Paz", a qual está alcançando notável repercussão no mundo cristão e, de modo singular, no Brasil.

Estudei êsse documento que oferece à nossa consciência novas perspectivas de luz sôbre a Doutrina Social da

Igreja, atualizando-a frente aos angustiantes problemas contemporâneos e levando-nos à reflexão sôbre os perenes ensinamentos do Evangelho.

A "Octogesimo Adveniens", lançada para comemorar o aniversário da famosa Encíclica de Leão XIII, que condenou os abusos do Capitalismo, na busca do equilíbrio nas relações entre Capital e Trabalho — (... "de nada vale o Capital sem o Trabalho e nem o Trabalho sem o Capital"... Encíclica *Rerum Novarum*) — revela as grandes e profundas preocupações da Igreja em um mundo em que o cristão vive em situações diversas, e em que a sociedade sofre mutações rápidas e, por vêzes, traumatizantes.

Novos problemas sociais são enfocados. A urbanização e o surgimento das metrópoles gigantescas — as megalópoles (e Doxiades já fala nas Ecumenópoles) —, gerando complexas questões sociais e psicológicas.

"No seio da sociedade industrial a urbanização transtorna os modos de viver e as estruturas habituais de existência; a família, a vizinhança e os próprios moldes da comunidade cristã. O homem

experimenta, assim, uma nova forma de solidão, não à frente de uma natureza hostil, que êle levou séculos a dominar, mas no meio da multidão anônima que o rodeia e onde êle se sente como um estranho."

Alonga-se no exame desse quadro para ver os jovens, o lugar da mulher, a situação dos trabalhadores, as discriminações por motivos de raça, origem, côr, cultura, sexo ou religião, a situação dos emigrantes, os meios de comunicação social e o meio-ambiente.

Detêm-se no trato das aspirações fundamentais do homem e das correntes de idéias.

"Ao mesmo tempo que o progresso científico e técnico continua a alterar profundamente a paisagem do homem, bem como os seus próprios modos de conhecer, de trabalhar, de consumir e de ter relações, exprime-se cada vez mais nítida, nestes novos contextos, uma dupla aspiração, mais viva à medida que se desenvolvem a sua informação e a sua

educação; a aspiração à igualdade e a aspiração à participação; trata-se de dois aspectos da dignidade do homem e da sua liberdade.”

Constata que:

“Na realidade, os direitos humanos permanecem ainda muitíssimas vezes sem serem reconhecidos, se não são mesmo ludibriados, ou então, o respeito que se lhes vota é puramente formal.”

Considero ter Sua Santidade, o Papa Paulo VI, enfrentado com objetividade os problemas da sociedade política e foi suficientemente claro ao situar a posição do cristão em face das ideologias e, de modo particular, ao tratar a questão da evolução histórica do marxismo.

Leiamos o ensinamento de Roma:

“Também para o cristão é válido que se ele quiser viver a sua fé numa ação política, concebida como um serviço, não pode, sem se contradizer a si mesmo, aderir a sistemas ideológicos ou políticos que se oponham radicalmente, ou então nos pontos essenciais, à sua mesma fé e à sua concepção do homem: nem à ideologia marxista, ou ao seu materialismo ateu, ou à sua dialética da violência, ou, ainda, àquela maneira como ele absorve a liberdade individual na coletividade, negando, simultaneamente, toda e qualquer transcendência ao homem e à sua história, pessoal e coletiva; nem a ideologia liberal, que crê exaltar a liberdade individual, subtraindo-a a toda a limitação, estimulando-a com a busca exclusiva do interesse e do poderio e considerando, por outro lado, as solidariedades sociais como conseqüências, mais ou menos automáticas, das iniciativas individuais, e não já como um fim e um critério mais alto do valor e da organização social.

Será necessário sublinhar a possível ambigüidade de toda e qualquer ideologia social? Uma vez, elas reduzem a ação política ou social, a ser simplesmente a aplicação de uma idéia abstrata, puramente teórica; outras vezes, é o pensamento que se torna ins-

trumento ao serviço da ação, como um simples meio de uma estratégia. Em ambos os casos não será o homem que corre o risco de ficar alienado? A fé cristã situa-se num plano superior e, algumas vezes, oposto ao das ideologias, na medida em que ela reconhece Deus, transcendente e criador, o qual interpela o homem como liberdade responsável, através de toda a gama do criado. Existiria o perigo também no aderir a uma ideologia que não tivesse na sua base uma doutrina verdadeira e orgânica e no refugiar-se nela como se se tratasse de uma explicação cabal e suficiente de tudo, e de arranjar, de tal modo, para si mesmo, um novo ídolo, de que se aceita, por vezes sem disso dar-se conta, o caráter totalitário e constrangedor. E pensa-se encontrar nisso uma justificação para o próprio agir, mesmo que este seja violento, uma adequação para um desejo generoso de serviço; este permanece, mais deixa-se absorver numa ideologia que — muito embora proponha certas vias de libertação para o homem — acaba finalmente por o escravizar.

Se em nossos dias se tornou possível falar de um recuo das ideologias, isso pode ser um tempo favorável para uma abertura para a transcendência concreta do cristianismo; entretanto, isso pode ser também o resvalão mais acentuado para um novo positivismo: a técnica, universalizada como forma dominante de atividade, como um modo avassalador de existir, mesmo como linguagem, sem que o problema do seu significado seja realmente pôsto.”

Nesta passagem temos a advertência sobre as enganosas ideologias políticas que nos levam à servidão do Estado pelo marxismo, e aos paroxismos totalitários da direita, pelo fascismo.

É tão oportuna a palavra do Vaticano sobre o problema do socialismo e do marxismo, hodiernamente que

nos curvamos à necessidade de transcrever novo texto da “Octogesima Adveniens”:

“Os cristãos, hoje em dia, sentem-se atraídos pelas correntes socialistas e pelas suas diversas evoluções. Eles procuram descobrir aí um certo número de aspirações, que acalentam em si mesmos, em nome da sua fé. Em determinado momento têm a sensação de estar inseridos numa corrente histórica e querem realizar aí uma tal ou qual ação. Mas sucede que, conforme os continentes e as culturas, esta corrente histórica assume formas diversas, sob um mesmo vocábulo; contudo, tal corrente foi e continua a ser, em muitos casos, inspirada por ideologias incompatíveis com a fé cristã. Impõe-se, por conseguinte, um discernimento atento. Muito frequentemente, os cristãos atraídos pelo socialismo têm tendência para o idealizar, em termos muito genéricos, aliás: desejo de justiça, de solidariedade e de igualdade. Eles recusam-se a reconhecer as pressões dos movimentos históricos socialistas, que permanecem condicionados pelas suas ideologias de origem.

Entre os diversos escalões de expressão do socialismo — uma aspiração generosa e uma procura diligente de uma sociedade mais justa, movimentos históricos que tenham uma organização e uma finalidade política, ou, ainda, uma ideologia que pretenda dar uma visão total e autônoma do homem — devem fazer-se distinções, que não de servir para guiar as opções concretas. No entanto, essas distinções não devem ir até ao extremismo de considerar esses diversos escalões de expressão do socialismo como completamente separados e independentes. A ligação concreta que, conforme as circunstâncias, existe entre eles, tem de ser lucidamente notada; e então, uma tal perspicácia permitirá aos cristãos estabelecer o grau de compromisso possível nessa causa, salvaguardados os valores, principalmente, de liberdade, de responsabilidade e de abertura ao espírito, que garan-

tam o desabrochamento integral do homem."

Acompanhemos S.S. o Papa nas suas reflexões sobre a evolução histórica do marxismo.

"Outros cristãos perguntam-se mesmo se uma evolução histórica do marxismo não permitiria algumas aproximações concretas. Eles verificam que se deu, de fato, uma certa explosão do mesmo marxismo, o qual, até agora, se apresentava como uma ideologia unitária, explicativa da totalidade do homem e do mundo no seu processo de desenvolvimento, e, portanto, atéia. Com efeito, para além do contraste ideológico que põe frente a frente, separando-os oficialmente entre si, os vários defensores do marxismo-leninismo, com a sua interpretação prospectiva do pensamento dos fundadores; para além das oposições abertas entre os sistemas políticos que atualmente derivam o nome desse mesmo pensamento: há alguns que estabelecem distinções entre as diversas definições de expressão do marxismo.

Para uns, o marxismo continua a ser, essencialmente, uma prática ativa da luta de classes. Por isso mesmo que têm a experiência vivida da força sempre presente e a renascer sem cessar, daquelas relações de dominação e de exploração entre os homens: estes que assim encaram o marxismo reduzem-se freqüentemente a ser apenas a tal luta, por vezes sem nenhum outro objetivo; luta que é preciso prosseguir, e até mesmo suscitar de modo permanente.

Para outros, o marxismo será prevalentemente o exercício coletivo dum poder político e econômico, sob a direção do Partido único, que intenta ser, êle somente, expressão e garantia do bem de todos, subtraindo aos indivíduos e aos grupos toda e qualquer possibilidade de iniciativa e de escolha. A um terceiro nível, o marxismo — quer esteja no poder, quer não — é algo que se relaciona com uma ideologia socialista, à base de materialismo histórico e de negação de tudo o que é transcendente.

Noutra perspectiva, finalmente, o marxismo apresenta-se sob uma forma mais atenuada e mais sedutora para o espírito moderno: como uma atividade científica, como um método rigoroso de exame da realidade social e política, ou, ainda, como a ligação racional e experimentada pela História, entre o conhecimento teórico e a prática da transformação revolucionária. Se bem que este tipo de análise favoreça determinados aspectos da realidade, em detrimento dos outros, e os interprete em função da ideologia, êle proporciona, entretanto, a alguns, com um instrumento de trabalho, uma certeza preliminar para a ação: a pretensão de decifrar, sob um prisma científico, as molas reais da evolução da sociedade.

Se nesta gama do marxismo, tal como êle é vivido concretamente, se podem distinguir êstes diversos aspectos e as questões que êles levantam aos cristãos para a reflexão e para a ação, seria illusório, e perigoso mesmo chegar-se ao ponto de esquecer a ligação íntima que os une radicalmente, e de aceitar os elementos de análise marxista sem reconhecer as suas relações com a ideologia, e ainda, de entrar na prática da luta de classes e da sua interpretação marxista, esquecendo-se de atender ao tipo de sociedade totalitária e violenta, a que conduz êste processo."

Senhor Presidente, Senhores Senadores, peço desculpas por estar a tomar o tempo de V. Exa., mas o documento ditado pelo magistério eclesiástico é, indiscutivelmente, de inegável oportunidade para o Brasil, uma das maiores nações cristã do mundo e onde êsses ensinamentos virão, por certo, esclarecer muitas consciências e contribuir para que a Verdade se sobreponha a sonhos enganosos.

Mas, é preciso que se não incorra na falha de omitir a palavra do Papa sobre a ideologia liberal.

"Por outro lado, assiste-se também a uma renovação da ideologia liberal. Esta corrente procura afirmar-se tanto em nome da eficiência econômica, como pa-

ra defender o indivíduos contra os cometimentos cada vez mais invasivos das organizações, como, ainda, contra as tendências totalitárias dos poderes políticos. E certamente que a iniciativa pessoal é de conservar e de desenvolver. Mas, os cristãos que se comprometem nesta linha não terão também êles tendências para idealizar o liberalismo, o qual o torna então uma proclamação em favor da liberdade? Eles queferiam um modelo novo, mais adaptado às condições atuais, esquecendo facilmente de que, nas suas próprias raízes, o liberalismo filosófico é uma afirmação errônea da autonomia do indivíduo, na sua atividade, nas suas motivações e no exercício da sua liberdade. Isto equivale a dizer que a ideologia liberal exige igualmente da parte dêles um discernimento atento."

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Poder-se-ia tentar levantar alguns pontos das atividades políticas dos cristãos brasileiros com vista aos ensinamentos que ora ressalto.

No anseio da busca do Desenvolvimento, no choque com problemas das massas proletárias, do desamparo dos trabalhadores rurais, da inquietação angustiosa dos moços, quantos não enveredaram para posições socialistas e mesmo não deram mãos ao marxismo? A Ação Popular, por exemplo, não foi manifestação gritante desse danoso e satânico conúbio?

Quantos jovens de formação cristã não apagaram de seus corações o amor como força para reconstruir o mundo, para remover estruturas iníquas pelo ódio e pela violência, que destrói e aniquila?

Jean Danielou, debruçado nos altiplanos da filosofia e da fé, levantou considerações sobre a Revolução Universitária de Paris, para concluir pela existência de uma crise atual da inteligência:

"Estamos em mundo no qual a ciência, por seus extraordinários e admiráveis progressos, traz imensas transformações para a condição humana. Mas, se isso susci-

ta no homem um legítimo entusiasmo, nem por isso ele deixa de experimentar uma espécie de vertigem diante de seu próprio poder. É esta angústia e esta vertigem que experimentam muitos jovens, apavorados ante a perspectiva de virem a tornar-se meras engrenagens de uma enorme máquina, que está se organizando e pela qual se sentem ameaçados em seu desejo de felicidade, de liberdade, de independência, com receio de serem tragados por esta espécie de engrenagem. A civilização que se está construindo não tem necessidade só de técnicos e de meios, mas também, e essencialmente, de uma inspiração que possa dar aos seus prodigiosos recursos um sentido, colocando-o realmente a serviço da condição humana."

S.S. o Papa Paulo VI, na sua Carta Apostólica busca — com o Evangelho, como única fonte inspiradora e assistido pelo Espírito Santo — ofereceu orientações para que se construa essa nova civilização onde homem, na manifestação de sua liberdade, de sua responsabilidade seja a exata medida.

Não nos esqueçamos de que há pluralismo de opções que vão nos documentos devidamente assinalados:

"Nas diferentes situações concretas e tendo presentes as solidariedades vividas por cada um, é necessário reconhecer uma variedade legítima de opções possíveis. Uma mesma fé cristã pode levar a assumir compromissos diferentes (35). A Igreja convida todos os cristãos para uma dupla tarefa, de animação e de inovação, a fim de fazerem evoluir as estruturas para as adaptarem às verdadeiras necessidades atuais.

Aos cristãos que parecem à primeira vista opor-se entre si, em virtude de opções diferentes, ela pede um esforço de compreensão recíproca das posições e das motivações uns dos outros; um exame leal dos seus comportamentos e da sua retidão sugerirá a cada um, uma atitude de caridade mais profunda, a qual, reconhecendo muito embora as diferenças, não

acredita menos nas possibilidades de convergência e de unidade. "Aquilo que une os fiéis é de fato mais forte do que aquilo que os separa" (36).

É certo que muitos, inseridos nas estruturas e nos condicionamentos modernos, são determinados pelos seus hábitos de pensar, pelas suas funções, quanto não mesmo pela salvaguarda de interesses materiais.

Outros vivem tão intensamente as solidariedades, de classes e de culturas, que chegam a comunicar sem reservas todos os modos de julgar e todas as opções do seu meio ambiente (37). Cada um deve ter muito a peito o examinar-se a si mesmo e o fazer brotar em si aquela liberdade verdadeira segundo Cristo, que abra para uma visão universal no meio mesmo dos condicionalismos mais particulares."

A atual liderança política brasileira no impulso democrático que anima a Revolução, constrói uma opção que sem pretender vincular-se a posições ideológicas, se dinamiza num sentido crescentemente cristão.

Reiterando os concidadãos lhes garante a liberdade da fé, não admite discriminações sob motivos de raça, cultura religiosa, cor ou de sexo, promove a redistribuição de riquezas, valorizando o trabalhador urbano e rural, recusa as seduções totalitárias, rejeita o marxismo e se firma, gradualmente, na construção de uma sociedade aberta e democrática onde o Estado dirige a Economia em função do fortalecimento do Poder Nacional; onde o planejamento é instrumento para eliminar os desníveis regionais, onde se mobilizam esforços para eliminar o pauperismo e o analfabetismo, perseguindo-se o império da Justiça Social e da Paz.

Ao ensejo do "Octogésimo Adveniêns" propugnamos aqui, sob a luz dos ensinamentos do Vaticano, por uma revisão da parte de muitos que tomaram posições ousadas e imprudentes, embora com sinceridade e idealismo, por uma reconciliação com os interesses do povo brasileiro, cuja tradição cristã imprimiu na nossa

cultura o marcante e luminoso espírito do Evangelho.

Reencontremo-nos todos, no remanso da sabedoria do Vaticano e vamos nos dar às mãos nesses tempos de construir, para que, superando todos os problemas conjunturais, os políticos e os econômicos e sob a liderança singular do Sr. Presidente da República, Emilio Médici, construa-mos a Pátria livre e eterna, sob as bênçãos de Deus! (Muito bem! Muito bem!)

O Sr. Benjamin Farah — Sr. Presidente, peço a palavra, em nome da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o nobre Senador Benjamin Farah, como Líder da Minoria.

O SR. BENJAMIN FARAH (Como Líder da Minoria) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o nobre Senador José Lindoso acaba de trazer para o Senado uma oração da mais alta importância. Ela está vinculada à Mensagem do Sumo Pontífice à carta que o Papa Paulo VI enviou ao Cardeal Maurício Roy, Presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão Pontifícia Justiça e Paz.

Realmente, esse documento é de uma atualidade impressionante. Trata-se, Sr. Presidente, de um código de ensinamentos cristãos que vem numa hora em que o mundo está conturbado, em que em algumas nações há um trabalho contínuo de preparação para uma guerra, e outras ideologias materialistas estão sendo praticadas, e até difundidas e levadas a outras nações.

A hora é realmente grave, uma hora difícil, uma hora em que todos os homens que têm o Cristo no coração precisam reencontrar-se. Eu me lembro, agora e aqui, de um livro de Lin Yu-Tang quando ele descrevia uma fotografia em que estavam enforcadas muitas criaturas, brancos matando brancos, e ele convocava os amarelos dizendo que os brancos não se entendiam, porque estavam se matando.

Sr. Presidente, nós, os cristãos, muitas vezes não nos entendemos. Temos choques, dissensões, lutas, e até muitas vezes o ódio povoa o coração do cristão. Temos que voltar para Cristo.

temos que pedir a sua proteção e fazer o seu reencontro, conforme ainda há pouco conclamava o nosso digno companheiro e colega, Senador José Lindoso.

Esta carta, Sr. Presidente, é um grande código, onde o *Chefe da Cristandade* examinou com o maior carinho e até com muita paternidade, os problemas da mulher, dos trabalhadores, da juventude, dessa juventude que está um pouco esquecida pelos homens responsáveis. Temos que convocá-la novamente, temos que travar um diálogo, temos que pedir a sua participação, porque o futuro é da juventude. Já o grande "Poeta dos Escravos" dizia:

"Quem sempre vence é o porvir."

Nesse documento tão oportuno, em que são focalizados os problemas humanos, os problemas sociais, os problemas políticos, há uma conclamação de Sua Santidade pedindo que o católico participe, que o católico não abdique dos seus direitos e das suas obrigações. Não podemos transigir. Muitas vezes, fascinados pela demagogia, pela astúcia, pelo engodo, muitas vezes somos levados de cambalhada. Este documento é um toque de clarim. O católico, o cristão sobremodo, deve tomar uma posição nesta hora.

A respeito desse documento, Senhor Presidente, há um editorial no *Jornal do Brasil* denominado "Voz Profética" que assim está vazado:

"Há 80 anos, na data de hoje, o Papa Leão XIII publicava a encíclica *Rerum Novarum*, que havia de tornar-se histórica e viria marcar época diante dos problemas sociais do nosso tempo. O próprio título da encíclica — *Das Coisas Novas* — denunciava uma tomada de posição até ali inédita, por parte da Igreja Católica.

A nove anos do final do século XIX, o Papa sentiu-se convocado pela grande polêmica engendrada pela civilização industrial e vinha, finalmente, a público, para indicar uma diretriz de prudente e sábia doutrina baseada no supremo mandamento da Caridade. A questão social empolgava o debate em todas as nações submetidas ao vertiginoso processo de

transformação impôsto pelo advento da máquina. Quarenta e três anos antes da famosa encíclica, Karl Marx lançara o seu manifesto igualmente famoso, de crítica ao capitalismo tal como era praticado pela nova sociedade industrial. O marxismo fundava a sua verdade no ódio e na luta de classes. De Roma viria então, como não podia deixar de ser, uma palavra de fraternidade e de amor, mas sobretudo de um profundo sentimento de Justiça.

Entre o liberalismo econômico e o socialismo, vencendo incompreensões dentro da própria cristandade, particularmente de setores presos a um imobilismo antiquado e pouco cristão, Leão XIII erguia a sua voz para abrir um caminho novo que redundaria na defesa da dignidade e dos direitos da pessoa humana. O chamado *Papa dos Operários*, inspirado pelo Espírito Santo, teve assim uma visão profética e não hesitou em pôr a autoridade do seu trono em favor da boa causa. Como antigo Núncio Apostólico na Bélgica, tendo passado pela Inglaterra no momento da revolução industrial, Leão XIII apiedou-se da situação de tantos trabalhadores sujeitos a um regime de trabalho no mínimo inumano. Mulheres e crianças faziam jornadas de 15 horas e até mais, a troca de salários insignificantes e irrisórios. Longe de libertar o homem, gerando um novo humanismo, a civilização da máquina poderia significar uma nova forma de escravidão. Os operários eram como servos a que não se reconhecia nenhum direito. A economia governava-se por leis egoístas, que preparavam, no seu bôjo, as grandes convulsões sociais a que o mundo viria em seguida assistir. Estávamos a duas décadas ou pouco mais da guerra de 1914, da Revolução de Outubro, do surgimento do totalitarismo comunista e de seu irmão gêmeo fascista.

Pois foi com essa visão profética, em nome da Justiça, que Leão XIII lançou os contornos da doutrina social da Igreja, a qual te-

ria daí para a frente o natural prosseguimento que veio dar na *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, e nas demais sucessivas encíclicas papais, até a *Mater et Magistra*, com que o Santo Papa João XXIII comemorou os 70 anos da *Rerum Novarum*. Uma longa e lenta revolução estava em marcha, em nome da solidariedade cristã, em prol daquela sociedade "justa, fecunda, humana e pacífica" a que o antecessor de Paulo VI deu o melhor de seus esforços. A distância, 80 anos volvidos, a Igreja e a humanidade podem celebrar, hoje, o marco do novo humanismo social que nos legou Leão XIII."

Sr. Presidente, este é, realmente, um comentário oportuno em torno desta grande carta, que é uma nova luz, neste mundo tão escuro e tão sofrido.

Trata-se, como disse, de documento da maior importância, documento que é uma conclamação, e que a humanidade não pode esquecer, muito menos esta Casa, que vive sob a proteção de Cristo.

Requeiro, Sr. Presidente, à Mesa, a transcrição deste documento nos Anais do Senado Federal.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte? (*Assentimento do orador.*) — O mundo não pode ficar indiferente a esta carta. Como V. Exa. disse, esse notável documento não pode ser esquecido e ao contrário, merece o maior estudo e profunda meditação, sobretudo nesta hora conturbada em que vive o mundo moderno. V. Exa. fez muito bem em ter pedido a sua transcrição nos Anais do Senado da República bem como procedendo a leitura do editorial de um dos mais conceituados diários da nossa Pátria, o *Jornal do Brasil*, cujo editorialista escreveu de forma a dar perfeita orientação à opinião pública brasileira sobre tão relevante matéria.

O SR. BENJAMIN FARAH — Muito obrigado a V. Exa., que veio honrar-me com seu aparte.

Sr. Presidente, requeiro à Mesa a transcrição, nos Anais, deste documento. Esta é uma Casa cristã, uma Casa que repudia todo e qualquer movimento, toda e qualquer manobra

que vise à implantação de doutrina incompatível com o sentimento de nosso povo.

O brasileiro é um povo cristão. O Senado da República é uma Casa impregnada do cristianismo. Este documento ficará por certo — se a Mesa naturalmente permitir a sua publicação — como uma afirmação também do nosso propósito, do nosso desejo de viver sempre inspirado pelo sentimento cristão.

Sr. Presidente, tenho certeza de que não só traduzo o meu pensamento, mas estou traduzindo, também, o pensamento de quase oitocentos mil brasileiros que me mandaram a este Senado.

O **Jornal do Brasil**, em seu editorial, apresenta o artigo que acabo de ler, importante, oportuno, bem pôsto, um artigo que merecia figurar nos Anais. A respeito, ainda, deste documento, desta carta que comemora o 80.º aniversário da Encíclica **Rerum Novarum**, quero lembrar que uma das maiores figuras deste País, a mais robusta e a mais lúcida inteligência que o Brasil produziu, Rui Barbosa, teve um grande pronunciamento a respeito da **Rerum Novarum**, ele também Senador. E este modesto Senador, comemorando este aniversário, pede que o documento elaborado por Paulo VI, que é não só homenagem ao Papa Leão XIII mas é, também, homenagem a toda a cristandade, figure nos Anais do Congresso da República. (Muito bem!)

O **SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Esta Presidência informa a V. Exa., Sr. Senador Benjamin Farah, que já existe sobre a mesa requerimento, assinado pelo Sr. Senador Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Congresso, da fala do Papa Paulo VI.

O **SR. BENJAMIN FARAH** — É que a Maioria e a Minoria se unem, não só pelo pensamento como pelo coração, diante deste documento.

O **SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — O requerimento será votado oportunamente.

Com a palavra o Sr. Senador Osires Teixeira. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Di-narte Mariz. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Fernando Corrêa. (Pausa.)

S. Exa. desiste da palavra.

Com a palavra o Sr. Senador Benjamin Farah. (Pausa.)

S. Exa. desiste da palavra.

Com a palavra o Sr. Senador José Esteves.

O **SR. JOSÉ ESTEVES (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na quarta-feira, dia 5 do corrente, fui recebido em audiência pelo Sr. Presidente da República, oportunidade em que levei ao chefe do Governo problemas referentes ao meu Estado, o Amazonas. Da audiência que mantive com S. Exa., destaco o grave problema da enchente do Rio Amazonas que, como tive oportunidade de afirmar em pronunciamento anterior feito nesta Casa, está dizimando rebanhos, e a safra de fibra de juta — a viga mestra da economia amazonense — está prejudicada em mais de 60% na sua produção.

O Sr. Presidente da República, não só quanto ao problema da enchente, mas com referência aos demais assuntos que levei à alta consideração de S. Exa., mostrou-se, como sempre, sensível aos reclamos dos Estados subdesenvolvidos como é o nosso e que, mais do que os outros, reclama a assistência do Poder Federal.

O Governador do meu Estado, João Walter Andrade, no propósito de levar assistência à região do baixo Amazonas, região que, neste momento, é a mais atingida pela referida enchente, conseguiu uma corveta, graças à colaboração da nossa Marinha de Guerra. E o Governador João Walter, pessoalmente, tem prestado assistência, dentro das possibilidades do Estado, aos ribeirinhos, necessitados de auxílio. Estêve o Governador do Estado, em companhia dos seus Secretários, naquela Região do Amazonas. As possibilidades do Estado são escassas, porque João Walter encontrou um Estado falido, com grandes responsabilidades. Até o momento não foi possível ainda os órgãos do Governo chegarem a uma conclusão do **quantum** a que atingem as dívidas do Governo anterior. Mesmo

assim, enfrentando tais dificuldades, o Governo Estadual tem encarado o problema com muita segurança, dando assistência médica e medicamentosa e fazendo distribuição de víveres a todos aqueles atingidos pela avalanche das águas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não basta, entretanto, o interesse do Governo do Estado. Seus recursos nada representam diante das necessidades daquela imensa região. Por isso mesmo quero, desta tribuna, reiterar o meu apêlo ao Sr. Presidente da República, que foi tão sensível quando lhe expus, em linhas gerais, aquele grande problema, que independe da vontade dos homens.

A par das providências do Governo do Estado, a cuja frente está o Cel. João Walter de Andrade, atual Governador, há outras medidas urgentes a serem tomadas. Os jiticultores, os plantadores de juta, os mais atingidos por essa catástrofe, reclamam e solicitam ao Banco do Brasil e ao Banco da Amazônia, bem como ao Banco do Estado do Amazonas, uma prorrogação de pelo menos 12 meses para os financiamentos feitos para a presente safra de fibra de juta e ainda a segurança de novo financiamento para a safra futura; pois, do contrário, não daria certo qualquer iniciativa nesse sentido.

Este é, portanto, o apêlo que quero endereçar ao Sr. Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil, ao Sr. Jorge Babot Miranda, Presidente do Banco da Amazônia, e ao Sr. Jorge Cantanhede, Presidente do Banco do Estado do Amazonas, no sentido de imediatas providências para a prorrogação dos financiamentos efetuados no corrente ano, como disse, com prazo mínimo de 12 meses de prorrogação e garantia de financiamento para a nova safra a todos os jiticultores, todos os agricultores que, comprovadamente, foram vitimados pelas enchentes. Essa providência se estende, também, aos exportadores e aos indústrias que são uma decorrência do próprio jiticultor, para que se faça, também, referidas prorrogações.

Estou certo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que o nosso apêlo encontrará guarida por parte de quem de direito e, sobretudo, do Chefe da Nação. S. Exa., aliás, tem demons-

trado, como demonstrou na audiência que com êle manteve, a melhor boa-vontade para a solução do problema.

Nestas condições, teremos amenizado o sofrimento de todos quantos, no esforço comum, labutam e trabalham na Região Amazônica, ocupando aquêlo imenso vazio, dando, dessa forma, a sua grande colaboração ao esforço que também é do Presidente da República.

Outro assunto, Sr. Presidente, que tratei com o Chefe da Nação, foi o que diz respeito à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados fora da Zona Franca de Manaus.

Já tive a oportunidade, da tribuna do Senado, de manifestar a apreensão dos empresários localizados no interior do Estado, que estão na iminência de fechar as suas fábricas, as suas pequenas indústrias, em virtude de não poderem concorrer com as instaladas na Capital, dados os favores oriundos da Zona Franca de Manaus.

Reitero, portanto, ao Senhor Presidente da República, ao Ministro Delfim Netto, para que, com a máxima urgência, dêem uma solução para a extensão da isenção do IPI às indústrias localizadas no interior do Estado, porque não se justifica que uma indústria localizada em Manaus esteja isenta e aquela instalada no interior do Estado esteja sujeita à tributação, representando tal fato uma competição desigual que não se pode admitir.

Outro assunto que também mereceu especial atenção foi aquêlo, já abordado desta tribuna, e que diz respeito ao problema da Universidade do Amazonas, quer no referente à sua situação financeira, quer no que tange à oficialização, ao reconhecimento de suas Faculdades, pois que tal fato significa muito para milhares de jovens recém-formados: a impossibilidade de exercerem suas atividades profissionais, pois que tais Faculdades ainda não foram reconhecidas oficialmente.

Aliás, devo ressaltar que, no dia seguinte ao meu pronunciamento, fui visitado por um assessor do Sr. Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que me levou a grata informação do empenho do Sr. Ministro em dar uma solução, a mais rápida possível, ao problema que reputo da mais alta re-

levância para o ensino em nosso Estado e, por que não dizer, do Brasil.

Sabemos que, se depender do Sr. Ministro da Educação, cuja boa-vontade temos que reconhecer, cuja boa-vontade é patente, a Universidade do Amazonas, as faculdades que precisam ser reconhecidas o serão, porque o Sr. Jarbas Passarinho é sensível a êsses problemas.

Outros assuntos de que, também, tratei com o Sr. Presidente da República dizem respeito à SUDAM, ao Banco da Amazônia, à Lei de Incentivos Fiscais e à Lei da Zona Franca de Manaus.

Estou fazendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um levantamento da legislação pertinente a essa constelação de órgãos e leis que devem funcionar com perfeição, a fim de que possam, realmente, promover o desenvolvimento da Região. Hoje quando o homem pousou no solo lunar, uma lei votada em 1966, como é o caso da que criou a SUDAM, do Banco da Amazônia, já em 1971 se apresenta totalmente superada. Devemos pois, reconhecer a necessidade de atualizarmos essas leis, de atualizarmos êsses diplomas legais, a fim de que possam, realmente, produzir os efeitos esperados.

Tão logo apronte êsse levantamento, dentro dos meus modestos conhecimentos, prático que sou e conhecedor, me honro de sê-lo, dos problemas da nossa Região, espero a respeito, elaborar um anteprojeto. Prometi, inclusive, submetê-lo à apreciação do Poder Executivo, antes da sua apresentação nesta Casa, para não entrar em choque com o planejamento.

Terá em vista, como disse, atualizar as leis que estruturam os órgãos especializados, encarregados do desenvolvimento regional.

Não se pode pensar, Sr. Presidente, em desenvolver a Amazônia com leis inaplicáveis.

Não podemos, absolutamente, pensar em industrializar as nossas matérias-primas se obstáculos de toda a ordem surgem, dada a estrutura já superada da SUDAM, do Banco da Amazônia, da Lei de incentivos fiscais e da própria SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Seria fastidioso, Sr. Presidente, enumerar, aqui, os vários assuntos que,

durante 55 minutos, expus ao Sr. Presidente da República, todos de interesse coletivo, todos de interesse da Região, de modo especial e particular, do interesse do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

Estou certo de que o Sr. Presidente da República haverá de encarar essas reivindicações com a seriedade que caracteriza os seus atos. Assim, aqui vai uma reiteração do meu apêlo: que não fique o atendimento a tais reivindicações em promessas; que se torne realidade, pois representam os anseios do povo do meu Estado.

Para terminar, Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para falar sobre a COTELB, Companhia Telefônica de Brasília, não para defendê-la mas para dar uma ligeira explicação no exato momento em que essa empresa, subordinada ao Governo do Distrito Federal, está sendo violentamente atacada. Isto ocorre, sobretudo, na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, é preciso que tenhamos uma explicação do que se passa na COTELB.

Estou informado de que, há poucos dias, o eminente Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão do Distrito Federal, em companhia dos Membros daquele órgão, visitou as instalações da COTELB, quando o Superintendente, Professor Uchôa, fez um relato do que se estaria passando na empresa, inclusive, sobre ampliação da Rede Telefônica urbana.

Alguns eminentes companheiros e amigos Deputados, na tribuna da Câmara dos Deputados, têm "mandado brasa", como se diz na linguagem popular, na COTELB.

Realmente a COTELB está passando por uma fase de transformação e ampliação. Tanto é verdade que dois troncos foram instalados, as linhas 23 e 24, além das já existentes 43 e 42. Para que isto acontecesse modificações foram feitas, ocasionando certos transtornos para o próprio serviço.

Devo esclarecer que não sou procurador da COTELB; minhas relações com o seu Superintendente são apenas protocolares. Entretanto, posso afirmar que se trata de um técnico, de cidadão conhecedor profundo da matéria.

Com relação aos possíveis transtornos atuais, há o caso, inclusive de ligação do Deputado Anapolino de Faria, representante por Goiás, que reclamou a demora da ligação interurbana. Isso tudo é natural, em virtude de modificações no serviço. Naquele dia em que o Deputado Anapolino de Faria solicitou a ligação estava a COTELB, exatamente, fazendo a modificação na mesa correspondente ao tronco de Goiás. Assim, o Deputado Siqueira Campos, que também reclamou, dá tribuna da Câmara dos Deputados, a demora da transferência do seu aparelho telefônico para seu apartamento. Isto, também, é motivado pela técnica exigida para a referida instalação. Não se pode transferir um telefone sem ter a rede convenientemente preparada.

Para terminar, quero anunciar à Casa que, dentro de 2 ou 3 dias, trarei esclarecimentos com bases técnicas para mostrar que a COTELB e sua direção não estão alheias ao problema de comunicação, muito pelo contrário. O que vem ocorrendo não é nada mais, nada menos, do que transtornos motivados por essa transformação, por essa ampliação do sistema telefônico.

Desta forma, creio ter dado, em rápidas pinceladas, uma pequena satisfação aos nobres Deputados Anapolino de Faria e Siqueira Campos, de Goiás, que, me parece, foram os únicos a reclamar da tribuna da Câmara.

Sendo assim, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Exa. e dos nobres colegas e deixo aqui o reclamo e as esperanças do povo amazonense, pelas providências solicitadas ao Presidente da República, bem como as minhas congratulações com o Governador João Walter de Andrade, pela sua atuação à frente desse grande problema que tem levado a miséria, a catástrofe, tem levado tudo de pior ao povo do Baixo Amazonas.

Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Flávio Brito — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castello-Eranco — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Domicílio Gondim — Milton Cabral — Luiz Cavalcanti —

Augusto Franco — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Saldanha Derzi — Matos Leão — Ney Braga — Celso Ramos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 68, de 1971

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição, nos Anais do Senado, da carta "Octogésimo Adveniensi", de Sua Santidade Paulo VI.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1971. — **Ruy Santos — Benjamin Farrah.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o art. 234, § 1.º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será submetido ao exame da Comissão Diretora. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 39, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 4, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 11 das Disposições Transitórias e de parte do inciso II do art. 123 do Estado do Ceará.

Em discussão a Redação Final. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas, e não havendo requerimento no sentido de que seja a redação final submetida a votos, será considerada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos tér-

mos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4, DE 1971

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º , DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 11 das Disposições Transitórias e de parte do inciso II do artigo 123 da Constituição do Estado do Ceará.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 4 de setembro de 1968, pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 761, do Estado do Ceará, a execução do artigo 11 das Disposições Transitórias e a do inciso II do artigo 123, quanto à expressão "ao Poder Executivo", da Constituição daquele Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 2

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 36, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 5, de 1971, que autoriza o Governo do Estado do Pará a doar área de terras de sua propriedade ao Município de Juruí, no mesmo Estado.

Em discussão a Redação Final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de- sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimentos para que a Redação Final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O Projeto irá à promulgação.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5, DE 1971

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 171, parágrafo único, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º , DE 1971

Autoriza o Governo do Estado do Pará a doar área de terras de sua propriedade ao Município de Juruti, no mesmo Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É o Governo do Estado do Pará autorizado a doar ao Município de Juruti, no mesmo Estado, uma área de terras, de sua propriedade, com a forma de um polígono irregular de 21 (vinte e um) lados, perímetro de 26.432,296 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e dois metros e duzentos e noventa e seis milímetros), compreendendo 3.554ha, 76a, 2ca (três mil quinhentos e cinquenta e quatro hectares, setenta e seis ares e dois centiares), e cujos rumos e caminhamentos encontram-se especificados no Decreto Legislativo n.º 9, de 18 de agosto de 1970, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 3

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 40, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 8, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do artigo 3.º da Lei n.º 1.520, de 28 de agosto de 1968, do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em discussão a Redação Final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a Redação Final seja submetida a votos, é a mesma

dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O Projeto irá à promulgação.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8, DE 1971

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º , DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 3.º da Lei n.º 1.520, de 28 de agosto de 1968, do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 12 de agosto de 1970, pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 68.425, do Estado de Minas Gerais, a execução do art. 3.º da Lei n.º 1.520, de 28 de agosto de 1968, do Município de Belo Horizonte, daquele Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tendo sido publicados e distribuídos em avulsos os Pareceres das Comissões Mistas relativas às Mensagens n.ºs 25, 29, 30, 34, 35 e 36, de 1971 (CN), esta Presidência convoca sessões conjuntas do Congresso Nacional, com as seguintes Ordens do Dia:

Dia 18-5-71, às 21 horas

(TERÇA-FEIRA)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 1971 (CN), apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 28, de 1971 (CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.184, de 1.º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada

lado do eixo das rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências;

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 1971 (CN), apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 32, de 1971 (CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.158, de 16 de março de 1971, que dispõe sobre estímulos à exportação de produtos manufaturados;

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1971 (CN), apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 33, de 1971 (CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.165, de 1.º de abril de 1971, que dispõe sobre estímulos fiscais a fornecimentos de produtos manufaturados feitos no mercado interno.

Dia 19-5-71, às 21 horas

(QUARTA-FEIRA)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 1971 (CN), apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 35, de 1971 (CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.163, de 31 de março de 1971, que revoga o Decreto-lei n.º 557, de 29 de abril de 1969;

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1971 (CN), apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 36, de 1971 (CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, que dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural;

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1971 (CN), apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 37, de 1971 (CN), aprovando o texto do

Decreto-lei n.º 1.162, de 25 de março de 1971, que dispõe sobre a subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO N.º 48, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 48, de 1971, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 67, de

1967, que "dispõe sobre direitos autorais," e dá outras providências.

2

REQUERIMENTO N.º 49, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 49, de 1971, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1968, que altera o Decreto-lei número 73/66, excluindo a obrigatoriedade de seguro de responsabilidade civil aos proprietários de veículos automotores de via terrestre.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 13, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de

1967 (n.º 303-A/67, na Câmara dos Deputados), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S/A., tendo Pareceres, sob n.ºs 223 e 224, de 1967, 716 de 1968, e 32, de 1971, das Comissões de Constituição e Justiça:

1.º pronunciamento favorável ao Substitutivo da Comissão de Finanças; **de Finanças:** 1.º pronunciamento favorável; 2.º pronunciamento favorável nos termos do Substitutivo que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 6.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1971

As 10 horas do dia 12 de maio de 1971, em sua Sala de Reuniões, sob a presidência do Senhor Senador João Cleofas, presente os Srs. Senadores Matos Leão, Saldanha Derzi, Lourival Baptista, Carvalho Pinto, Ruy Santos, Fausto Castello-Branco, Geraldo Mesquita, Alexandre Costa, Tarso Dutra e Wilson Gonçalves, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Virgílio Távora, Celso Ramos, Jessé Freire, Franco Montoro, Danton Jobim e Amaral Peixoto. É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Matos Leão, que emite parecer favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 92, de 1968, que doa ao Município de Matelândia, Estado do Paraná, área pertencente à União, integrante do Parque Nacional de Foz do Iguaçu.

O parecer é aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

A seguir, o Sr. Ruy Santos lê parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1968, que autoriza o Poder Executivo a dar, em comodato, à Sociedade Brasileira de Belas Artes, imóvel situado na Rua Lavradio, n.º 84, no Estado da Guanabara.

A Comissão aprova o parecer.

Prosseguindo, o Sr. Lourival Baptista lê voto favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1971, que dispõe sobre o funcionamento dos museus, aos sábados, domingos e feriados, e dá outras providências.

Em discussão, o Sr. Ruy Santos solicita e obtém vista do processo.

O Sr. Tarso Dutra relata o Ofício n.º 2, de 1971, do Conselho Monetário Nacional, encaminhando relatório sobre a situação monetária e creditícia do País, referente a 1969, nos termos do art. 4.º, § 6.º, da Lei n.º 4.595, de 31-12-64, solicitando a publicação, na íntegra, no **Diário do Congresso Nacional**, do citado relatório.

A Comissão aprova o parecer.

Finalmente, o Sr. Presidente comunica que a Comissão elaborará uma coletânea de leis sobre matéria financeira, principalmente no que tange à elaboração orçamentária, solicitando a colaboração dos demais membros, tendo, na oportunidade, o Sr. Carvalho Pinto louvado a iniciativa do Sr. João Cleofas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Senador João Cleofas, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**ATA DA 8.ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1971**

As 14,30 horas do dia 12 de maio de 1971, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Daniel Krieger, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Heitor Dias, Emival Caiado, Helvídio Nunes, Wilson Gonçalves, Accioly Filho, José Sarney e Milton Campos, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gustavo Capanema, Antônio Carlos, Eurico Rezende e Nelson Carneiro.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Aberta a reunião, é dada a palavra ao Senador Wilson Gonçalves, a fim de dar seu voto, oral, à Indicação n.º 4/66, cuja vista lhe fôra concedida. Ao terminar a sua exposição, o Senador Wilson Gonçalves conclui pelo

não-pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, face ao artigo 100 do Regimento Interno. Em discussão o parecer do Relator, Senador Heitor Dias, que dava pela impertinência da indagação e o voto oral mencionado, o Relator modifica o seu parecer concordando com as razões apresentadas. Em votação, é este aprovado.

A seguir, o Senador José Sarney relata o Projeto de Lei do Senado n.º 9/71 — Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, todos os imóveis e respectivas benfeitorias, se houver, pertencentes à União, oriundos e decorrentes da transação havida na transferência do controle acionário da Fábrica Nacional de Motores, terminando por solicitar diligência junto ao Ministério da Fazenda. O parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Daniel Krieger, Presidente.

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

a) Classificação, por artigo, do Código Civil	V
b) Legislação Complementar	CLXV

II PARTE

a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil	1
b) Julgamentos	27

III PARTE

a) Índice alfabético remissivo	389
b) Índice numérico por espécie de processo	458

Preço do volume com 680 páginas em brochura

Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel biblia

Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

M E S A

Presidente:

Petrônio Portella (ARENA - PI)

1º-Vice-Presidente:

Carlos Lindenberg (ARENA - ES)

2º-Vice-Presidente:

Ruy Carneiro (MDB - PB)

1º-Secretário:

Ney Braga (ARENA - PR)

2º-Secretário:

Clodomir Millet (ARENA - MA)

3º-Secretário:

Guido Mondin (ARENA - RS)

4º-Secretário:

Duarte Filho (ARENA - RN)

1º-Suplente:

Renato Franco (ARENA - PA)

2º-Suplente:

Benjamin Farah (MDB - GB)

3º-Suplente:

Lenoir Vargas (ARENA - SC)

4º-Suplente:

Teotônio Vilela (ARENA - AL)

C O M I S S Õ E S

Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

Diretora: Edith Balassini.

Local: Anexo — 11.º andar.

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder:

Filinto Müller

Vice-Líder:

Antônio Carlos (ARENA — SC)

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

Eurico Rezende (ARENA — ES)

José Lindoso (ARENA — AM)

Orlando Zancaner (ARENA — SP)

Ruy Santos (ARENA — BA).

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder:

Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:

Danton Jobim (MDB — GB)

Adalberto Sena (MDB — AC)

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.

Local: 11.º andar do Anexo.

Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra

Vice-Presidente: Matos Leão

TITULARES

Flávio Brito

Paulo Guerra

Daniel Krieger

Antônio Fernander

Vasconcelos Torres

Matos Leão

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra

João Cleofas

Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guilomard

Waldemar Alcântara

Dinarte Mariz

Wilson Campos

José Esteves

Benedito Ferreira

SUPLENTES

ARENA

Saldanha Derzi

Osires Teixeira

Lourival Batista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger

Accioly Filho

Milton Campos

Wilson Gonçalves

Gustavo Capanema

José Lindoso

José Sarney

Emival Caiado

Helvídio Nunes

Antônio Carlos

Eurico Rezende

Heitor Dias

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto

Orlando Zancaner

Arnon de Mello

João Calmon

Matos Leão

Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz

Eurico Rezende

Cattete Pinheiro

Benedito Ferreira

Osires Teixeira

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Heitor Dias

Antônio Fernandes

Emival Caiado

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tôrres

Luiz Cavalcanti

Filinto Müller

Waldemar Alcântara

José Lindoso

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: têrças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Augusto Franco
Orlando Zancaner
Paulo Guerra
Milton Cabral
Helvídio Nunes
José Lindoso

SUPLENTES**ARENA**

Domicio Gondim
Milton Campos
Geraldo Mesquita
Flávio Brito
Leandro Maciel

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão de Economia.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

SUPLENTES**ARENA**

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Matos Leão
Tarso Dutra
Celso Ramos
Lourival Batista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castello-Branco
Jessé Freire
Ruy Santos

SUPLENTES**ARENA**

Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Emival Caiado
Flávio Brito
Eurico Rezende

MDB

Danton Jobim
Amaral Peixoto
Franco Montoro

Nelson Carneiro

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

Heitor Dias
Domicio Gondim
Paulo Tôrres
Benedito Ferreira
Eurico Rezende
Orlando Zancaner

SUPLENTES**ARENA**

Wilson Campos
Accioly Filho
José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

Arnon de Mello
Luiz Cavalcanti
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondim
Orlando Zancaner

SUPLENTES**ARENA**

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: têrças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
Emival Caiado

SUPLENTES**ARENA**

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Saldanha Derzi
Accioly Filho
José Sarney
Lourival Batista
João Calmon

SUPLENTES**ARENA**

Milton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Batista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

SUPLENTES**ARENA**

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

TITULARES

Paulo Tórres
Luiz Cavalcanti
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

SUPLENTES**ARENA**

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

SUPLENTES**ARENA**

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcanti
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

SUPLENTES**ARENA**

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito.**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo.

Telefone: 43-6677 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (Art. 90 do Regimento Comum).
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.